

SABERES DA PRODUÇÃO ASSOCIADA: IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES

Knowledge of associated production: implications and possibilities

CAETANO, Edson¹
NEVES, Camila Emanuella Pereira²

RESUMO

Este artigo ocupa-se da reflexão acerca das relações entre trabalho e educação presentes nos processos de produzir a vida associadamente numa comunidade quilombola localizada em Poconé, Mato Grosso. A pesquisa, de cunho etnográfico, teve como foco os saberes do trabalho associado. A análise dos resultados efetivou-se à luz do materialismo histórico, o que possibilitou apreender os saberes da produção associada enquanto interface da constituição de uma cultura do trabalho distinta do trabalho assalariado. Os saberes do trabalho, expressos pelos trabalhadores e trabalhadoras do quilombo pesquisado, explicitam concepções de mundo, de vida e de ser humano enraizadas no viver em comum, dentre as quais destacamos: a posse coletiva da terra e dos meios de produção, a gestão coletiva e democrática do processo de trabalho, a vivência ecológica no trabalho associado, a manutenção da prática do *muxirum* e o esforço para preservação da cultura, dos costumes e da história da comunidade quilombola.

Palavras-chave: Produção associada; Trabalho como princípio educativo; Saberes da produção associada.

ABSTRACT

This article deals with a reflection upon the relations between work and education in the associative lifestyle of a *quilombola* community located in the city of Poconé, Mato Grosso, Brazil. Its ethnographic research focuses on the knowledge produced by the associative work of the community. The analysis of the results was done under the light of historical materialism, which enabled to grasp knowledge from associated production as an interface to the constitution of a working culture that is different from waged labor. The working knowledge expressed by workers of the studied *quilombo* bring to light collective conceptions of the world about life and humanity, of which we highlight: a collective possession of the land and means of production, the collective and democratic management of the working process, the ecological experience in associated work, the preservation of the practice of *muxirum* and the effort to preserve the culture, the tradition, and the history of the *quilombola* community.

Keywords: Associated production; Work as an educational principle; Knowledge from associated production

¹ Doutor e Mestre em Educação, ambos pela UNICAMP, Graduado em Ciências Sociais pela PUCCAMP. Professor Adjunto da Graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. E-mail: <caetanoedson@hotmail.com>.

² Doutoranda em Educação, Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia, todos pela UFMT. E-mail: <camilaemanuella@hotmail.com>.

E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida) (João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*).

Em *Morte e Vida Severina*, nos deparamos com a fome, não só como consequência das intempéries climáticas, mas como resultado da exclusão social característica do modo de produção capitalista. Os problemas decorrentes da reestruturação produtiva marcam muitos rostos de Severinos e Severinas, e podemos percebê-los nas esquinas e ruas de qualquer cidade. São rostos que expressam não só a fome, mas angústias, tristezas, desalentos e incertezas, pois pela sua condição natural, são aptas ao trabalho. Mas onde está o trabalho? O trabalho assalariado lhes roubou.

Os peregrinos da obra de João Cabral de Melo Neto, depois de muito andarem, encontraram uma fazenda aparentemente abandonada, mas que logo foi reivindicada pelo seu dono. Para permanecerem na terra, tiveram que se submeter à exploração e ao logro do fazendeiro. Com o passar do tempo, perceberam que a falta dos saberes escolares não lhes permitiria reivindicar o que o fazendeiro lhes roubava e, por conta da seca, resolveram buscar outro local para viver. Os saberes da experiência vivenciada por esses trabalhadores e essas trabalhadoras permitiram que, mesmo sem a educação formal, enxergassem a desigualdade entranhada na realidade e acreditassem no devir utópico de que seus filhos alcançariam um destino menos cruel.

O trecho acima expressa o “quinhão” destinado aos trabalhadores e trabalhadoras no sistema capitalista, qual seja: a exploração, a alienação, a miséria e a exclusão. Contudo, ele nos mostra, por outro lado, que na produção da existência homens e mulheres podem perceber a situação a que estão submetidos e, por conseguinte, contestá-la e ou alterá-la.

A partir da década de 80 do século passado, consolida-se mundialmente o modelo neoliberal de acumulação do capital, através do regime de acumulação flexível que, segundo Harvey (1996), preconizava uma nova organização da produção - uso intensivo da tecnologia e da microeletrônica, aumento da produtividade, controle de qualidade -; a busca de novos serviços, produtos e mercados; a criação de novas necessidades e a flexibilidade do consumo, da produção e do trabalho. Esse modelo está assentado na desestruturação do mercado de trabalho - desemprego, precarização do trabalho e na exclusão crescente de parcela da classe trabalhadora -, no enfraquecimento dos sindicatos, na diminuição dos rendimentos e na crise da sociedade salarial que se evidencia a partir da diminuição do proletariado industrial e do número de postos de trabalho com carteira de trabalho (CASTEL, 1988).

Diante de uma conjuntura extremamente desfavorável, em que o trabalhador transita entre o desemprego e o subemprego, este se vê forçado a criar múltiplas estratégias de sobrevivência. A produção associada é uma das possibilidades que homens e mulheres pertencentes aos setores populares lançam mão, no intuito de assegurar a reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais distintas das que configuram a economia

capitalista. Neste artigo, refletimos sobre a constituição de saberes decorrentes da produção associada vivenciada por trabalhadores e trabalhadoras quilombolas da Comunidade Capão Verde, localizada em Poconé, no estado de Mato Grosso. Esses saberes são resultados da experiência (THOMPSON, 1987, 1998) com o trabalho associado, com os meios de produção (terra), com o mundo e com outros trabalhadores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Procuramos ter, enquanto pesquisadores, uma perspectiva marxiana de “leitura” de mundo, ou seja, uma postura divergente do postulado positivista, que trata o “fato social” com distanciamento, pois considera que o pesquisador e a pesquisa são neutros. A pesquisa materialista e histórica pressupõe uma determinada visão de mundo e deve apresentar a totalidade que envolve o objeto estudado, isto é, que o mesmo foi construído historicamente e concretamente. Por isso, ressaltamos a partir de Frigotto (1989, p.78) que “não existe método alheio a uma concepção de realidade” e este fato revela-se na reflexão do pesquisador, partindo da pesquisa empírica. Há que se salientar que o método não possui um fim em si mesmo, ele acontece com o movimento dialético do pensamento, através da concretude histórica da realidade - que é mutável e contraditória. Seguindo a perspectiva marxiana, “a construção do pensamento se daria, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto” (SAVIANI, 1991, p.6).

Elegemos o materialismo histórico enquanto pressuposto no intuito de compreendermos as questões que envolvem a produção material e imaterial a partir do trabalho associado realizado por homens e mulheres. O materialismo histórico é “método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, é para o pensamento, precisamente, a maneira de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo como concreto espiritual” (MARX, 2003, p.248), é um ser e estar consciente e crítico no mundo.

Das 14 famílias (69 pessoas, aproximadamente) que residem em Capão Verde, nos aproximamos mais de Catarino, Eva, Andréia, Lourenço, Justino, Maria Albertina, Maria Rosa, Welson, Ana Luiza, Wellington, Alessandra e Elves, os quais se tornaram os interlocutores entre nós e a comunidade, na tentativa de apreendermos os significados da produção associada e dos saberes construídos e reproduzidos por esses trabalhadores e essas trabalhadoras. As primeiras entrevistas ocorreram sem a predefinição dos sujeitos pesquisados, mas as demais já foram realizadas a partir dos interesses e objetivos da pesquisa. Realizamos entrevistas semiestruturadas e gravadas com 12 trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Capão Verde.

Presenciamos ou participamos de festas, reuniões, capacitações, processo de produção e de venda dos derivados de banana da terra, algumas aulas do Ensino Fundamental e da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e conversamos informalmente com as crianças e os adolescentes da Comunidade. Também entrevistamos as professoras responsáveis pelo ensino fundamental e pela EJA e dois voluntários que atuam junto à comunidade: Felinto e Antônio, a fim de verificarmos a inserção e a atuação

destes na mesma. O período de pesquisa de campo durou aproximadamente dez meses, num total de 13 visitas à Comunidade. Por ser uma viagem longa, de 116 km (com duração de 1 hora e 50 minutos), geralmente permanecemos na Comunidade não menos que cinco horas.

Nossa pretensão foi não só dar visibilidade à produção associada e aos saberes construídos a partir dessa experiência, como também às novas práticas e culturas oriundas do trabalho, que asseguram a reprodução ampliada da vida. Além disso, refletimos, por um lado, sobre as concepções de mundo, de homem, de trabalho e de devir, expressos pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde e, por outro lado, acerca dos anseios, sonhos, medos e das reivindicações que os mesmos compartilham.

O TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA E HISTÓRICA

As reflexões aqui apresentadas retomam a categoria trabalho, ancorada no arcabouço teórico formulado por Marx, concebendo o mesmo não apenas no seu sentido ontológico, mas, sobretudo, como princípio educativo. Isso equivale dizer que saberes/conhecimentos são construídos no e pelo trabalho. No interior das relações sociais, ao trabalhar, os homens produzem conhecimento; o que os permite manter, conservar, criar e recriar múltiplas formas de existência.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p.154).

Na concepção marxista, o trabalho é uma categoria ontológica – intrínseca ao ser humano – ou seja, o ser humano humanizou-se através do trabalho, trabalho este de dominar a natureza e ser transformado por ela. O trabalho é o agente fundante do ser social. Mas é também uma categoria histórica, porque foi se produzindo e reproduzindo ao longo dos tempos e, assim, os modos e as formas pelos quais os bens materiais foram produzidos, em cada sociedade, determinaram o seu regime social (MARX, 1982).

Salienta-se também que o trabalho tem em si um princípio educativo, já que se aprende a ser homem e a se relacionar com seus pares, de modo a produzir a sua existência, através da produção material. Portanto, ao trabalho manual não há separação do trabalho intelectual.

Diferente do animal, que vem regulado e programado por sua natureza e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Embora o homem também seja um ser da natureza ao constituir-se humano se diferencia dela assumindo uma autonomia relativa como espécie do gênero humano que pode projetar-se, criar alternativas e tomar decisões (KONDER, 1992 *apud* FRIGOTTO, 2009, p.258).

Interessa-nos ressaltar o modo de produção capitalista industrial, pois foi a partir dessa mudança no modo de produção que o sentido ontológico do trabalho foi descaracterizado e “toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes: dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (MARX, 2004, p.79). Os “mamíferos de luxo” (capitalistas), parafraseando

Gramsci (1991), têm como objetivo primordial a maximização do lucro empregado para custeio da força de trabalho e instrumentos de trabalho, que permitam atingir essa finalidade. Nessa perspectiva, o trabalhador se torna, portanto, um “escravo” do seu objeto e “o auge dessa sujeição é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2004, p.81-82, grifo do autor).

A CONCHA E A PÉROLA: O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A PRODUÇÃO ASSOCIADA

É possível existirem, no contexto capitalista, trabalhadores produzindo de forma comunal e solidária, sem explorarem ninguém e dividindo o fruto do seu trabalho? Sim, em Capão Verde é possível. Contudo, não é um caso isolado, pois desde a crise da sociedade salarial (CASTEL, 1988), um número crescente de trabalhadores e trabalhadoras tiveram que (re)criar estratégias de sobrevivência, ora reproduzindo a lógica capitalista, ora questionando-a.

Uma das formas de organizar a produção contrapondo-se a lógica capitalista é a produção associada, em que trabalhadores e trabalhadoras são detentores dos meios de produção, decidem coletivamente os rumos da produção e da divisão dos frutos do trabalho, sem explorar o trabalho de outrem. De maneira oposta à égide do sistema capitalista, em que o trabalhador aliena a sua força de trabalho em troca do salário, na produção associada, a mercadoria não se separa das mãos do produtor e inexistente a propriedade individual dos meios de produção. Apesar de estarem inseridas no sistema capitalista, essas estratégias apresentam pressupostos que questionam o ideário neoliberal: autogestão, administração/organização participativa e democrática do trabalho, cooperação, autonomia, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e das perdas monetárias ou divididas segundo decisão coletiva, liberdade individual, reciprocidade e comensalidade.

Todas essas características da produção associada fazem com que o trabalho não seja subordinado ao capital, não seja alienado e nem alienante, não gere a mais-valia e possibilite que os envolvidos construam coletivamente uma nova concepção de mundo e de trabalho. Tiriba (2006, p.80) manifesta que essa estratégia é a “possibilidade de os trabalhadores resgatarem o sentido do trabalho, recuperarem a energia que o capital lhes sugou, direcionando-a no sentido de uma organização da produção inspirada na hegemonia do trabalho sobre o capital”. Por serem todos donos dos meios de produção e a repartição dos frutos do trabalho ser igualitária, o princípio da igualdade reforça os laços de pertencimento, solidariedade e compartilhamento no interior do grupo. Aqui não há exclusão social, exploração no trabalho e tampouco a competitividade. Além disso, a solidariedade e a cooperação são importantes por manterem redes de produção e venda das mercadorias produzidas, onde todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras são participantes; bem como redes que extrapolam o âmbito da produção e do trabalho, isto é, que incidem na produção social da vida.

Em Capão Verde - localizada em Poconé/MT-, residem 14 famílias (60 pessoas) há quase 100 anos que, desde a compra da terra, produzem a vida associadamente, de forma coletiva e solidária, assegurando a reprodução ampliada da vida e a permanência no local. Os trabalhadores e as trabalhadoras de Capão Verde produzem associadamente derivados de banana da terra e estendem os princípios da produção associada para além da produção material, como em alguns costumes, práticas, valores e saberes. É uma cultura do trabalho diferente do trabalho sob os ditames capitalistas, e práticas sociais de novo tipo estão sendo construídas e compartilhadas.

Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, coletivamente, determinam o ritmo e o tempo de trabalho, realizam atividades laborais que lhes dão prazer e com as quais têm afinidade, com possibilidade de criar novas mercadorias, socializar saberes e até mesmo não comparecer ao trabalho, sem que isto cause danos à produção da sua existência. Justino (60 anos), um dos entrevistados, realçou o mau tempo, a preguiça e as festas como motivos que o fazem deixar de trabalhar na roça e isto em nada interfere na produção da sua existência e da sua família.

Assim, não nos importa os saberes de um indivíduo singular e sim as relações que os trabalhadores estabelecem no coletivo do trabalho e com a sociedade, já que estas relações demonstram concepções, valores, utopias e “representações sobre si, sobre seu trabalho, sobre o mundo que o rodeia” (TIRIBA, 2001, p.237). Para dar conta dos saberes da experiência concreta com o trabalho associado e também das condições históricas e sociais a que os trabalhadores investigados estão submetidos, mais uma vez apontamos a importância de se utilizar o método histórico-dialético.

Dentre os saberes reconhecidos como resultantes da experiência com a produção associada, ressaltamos a experiência singular com a terra, a transmissão cultural (costumes, tradições, saberes sobre o trabalho), a autogestão do processo de trabalho, o não sucumbir diante das interferências externas e a criação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional de Capão Verde. Alguns desses saberes serão explicitados com mais detalhes a seguir.

A TERRA QUE EU AFAGO ME ENSINA E EU ENSINO OS MEUS: OS FRUTOS DA TERRA

As comunidades quilombolas/rurais/tradicionais coexistem paralelamente à realidade da zona urbana e resistem com o seu modo de vida e suas identidades específicas. Elas carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados. Geralmente, demonstram intensa relação com a natureza, já que dependem dela para a reprodução ampliada da vida. Para entendermos um pouco mais as transformações pelas quais a Comunidade Capão Verde passou e ainda vem passando, procuramos fontes documentais que contassem a sua história. Contudo, nos surpreendemos em ver que grande parte dos moradores de Capão Verde desconhecia o seu passado. Assim, buscamos reconstruir parte dessa história, a partir da história oral dos moradores mais idosos.

A Comunidade Capão Verde de Poconé/MT é um exemplo de comunidade reconhecida como remanescente de quilombos, pois foi fundada por um ex-

escravo chamado Vitor Teodoro. O diferencial é que a terra não foi ocupada e sim comprada por esse ex-escravo.

Essa comunidade, segundo a depoente Dona Maria Rosa, de 70 anos, mãe de 10 filhos, foi fundada por seu avô - Seu Vitor Teodoro dos Santos-, em 1935. A Comunidade se localiza na zona rural do município de Poconé, próximo ao km 594, mais precisamente à esquerda da BR-070, na região conhecida por Morraria. Seu Vitor roçava e carpia terras, mas aceitava o que aparecesse de “tarefa”³ para garantir a sua sobrevivência e da sua família. Na época da 2ª Guerra Mundial,⁴ ele e seu irmão Guilherme foram convocados para se alistarem no quartel de Mato Grosso, mas, como a guerra já estava ao final, restaram somente os dois e o capitão. Um dia, o capitão solicitou que os dois fossem buscar madeira para confeccionarem espetos que serviriam para assar carnes. O senhor Vitor comentou com o irmão que deveriam aproveitar e fugir do local porque acabariam morrendo. Atravessaram o rio Paraguai a nado, caminharam dia e noite e chegaram novamente em Cáceres.

Quando saiu a guerra, ele [Seu Vitor] era soldado. Teve chamada, aí ele foi e ficaram as “família”, mulher escondendo embaixo de boca de pedra, afundaram pra esse fundo. Tudo escondido. Aí que terminou a guerra, aí que voltou. Graças a Deus não o mataram (Maria Albertina).

Em Cáceres, o senhor Vitor conheceu Nhana (Dona Ana Maria), com quem se casou e tiveram “um dilúvio de filhos” (palavras da Dona Maria Rosa). Com o tempo, ele resolveu ir com a família para uma região conhecida por Burity Comprido, próxima de um grande capão verde. Quando estava passando por uma lagoa, conheceu Dona Ana Luiza, que era dona de parte da região. Ela e seu marido, Augusto de Paula Bastos, ofereceram aproximadamente 450 hectares da sesmaria Paratudo⁵ para Seu Vitor, mas, como a região era constantemente ameaçada por andarilhos, ele resolveu chamar seus irmãos para morarem lá e ajudarem a comprá-la. Como a região tinha um enorme capão verde que chamava a atenção de todos, começaram a chamá-la assim. Depois de roçá-la, com a ajuda de seus irmãos, Antônio Gregório e Benedito, deram início à plantação de arroz, milho, rama, abóbora, melancia, entre outros alimentos, para o consumo diário e iniciaram uma produção da vida em coletividade.⁶

Meu pai sempre contava que assim quando chegaram aqui era um matão, mato virgem. Aí vieram aqui, fizeram já um barraco, vieram prá cá e começaram a roçar, a fazer a roça. Aí já formou, os “fio” tudo casando, tudo morando ao redor do pai e formou o “arraia” como “tá” aqui (Dona Maria Albertina).

³ As pessoas da Comunidade dizem tarefa quando querem referir-se ao trabalho por empreitada.

⁴ A 2ª Guerra Mundial foi um conflito que durou de 1939 a 1945 envolvendo duas alianças: Aliados (União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico, França, China, Polônia e Brasil) e Eixo (Japão, Alemanha e Itália). A guerra acabou com a vitória dos Aliados. Mato grosso teve a participação no 9º Batalhão de Engenharia em Aquidauana.

⁵ A sesmaria Paratudo, conforme a escritura da terra, fica entre a sesmaria Mutum (ao Norte), as terras do Corcunda (ao Sul), as terras do Aranha (ao Leste) e as terras do Rodeio (ao Oeste). Possui também o Córrego do Potreiro como referência.

⁶ É importante ressaltar que quando escrevemos *coletividade* estamos nos referindo a *agrupamento*, pois cada um possuía a sua roça próxima de sua casa. No entanto, isso não impedia o usufruto de outrem.

O senhor Vitor ensinou desde cedo aos filhos que “aqui [Capão Verde] não era pra vender, era pra criar neto, filho, neto, ‘vizineto” (Dona Maria Rosa). E, assim, seus filhos foram repassando essa ideia às gerações posteriores. E, como uma tradição, os filhos sempre construíram suas casas ao redor da casa dos pais.

Diante da decisão de manter a posse da terra comum a todos, a fim de começarem a produzir, eles decidiram que o pedaço de terra para plantar seria proporcional à força de trabalho existente em cada família. Essa racionalidade econômica é construída a partir de saberes que consideram a relação intrínseca entre a modificação da natureza e a reprodução ampliada da vida. Pode-se perceber uma intencionalidade não só visando à garantia da produção material, mas para assegurar a fixação dos trabalhadores e das trabalhadoras naquela porção de terra e, ao mesmo tempo, para consolidar um sentido de Comunidade. Manifesta-se, assim, o pressuposto de Thompson (2001, p.208) em que a economia e a cultura “estão presos à mesma rede de relações”. É, enfim, a tentativa de fazer com que um grande número de pessoas compartilhe uma concepção de mundo onde se valoriza o viver e o produzir a vida associadamente, pois trabalho e vida são indissociáveis.

No começo, eles lidaram diretamente com a terra por meio do muxirum, que ficava restrito ao grupo familiar ou também agregava pessoas de outras comunidades. Para realizá-lo, eles utilizavam a sua força de trabalho e instrumentos de trabalho rudimentares.

Fazia demais... Hoje reunia no meu. Aí, quando é amanhã, já reunia no de outro. Assim mesmo ia a semana inteira. Quando um colhia, tudo colhia. Não tinha esse negócio de eu faço hoje, aí outro vai “fazê dispois” de amanhã, daí esse meu dá, do outro não dá... [risos]. Era bom demais. Colhia mantimento adoidado, tudo no tempo certo. Tudo as pessoas ajudavam. Eu “fez” o muxirum pra limpar a capoeira pra “mim plantá” a rama, aí “reuniu” oito pessoas até o meio-dia, limpavam a roça tudo. Foi o ano passado. Se eu “avisa”, todo mundo vem (Ana Luiza).

O muxirum é um tipo de atividade em que, durante a semana, eles realizavam uma ação - plantar, carpir, colher - na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras.

“Nóis” diz muxirum. Aí, a turma fala mutirão. Aqui, muxirum. Aí, por exemplo, assim... hoje é sábado, daí sai “convidano”, daí prá cá porque tem comunidade: Passagem de Carro, Faval, Morro Cortado. Daí sai convidano: tal dia “nóis vai fazê” muxirum, limpa milho, tem vez que quando chega sexta-feira já vem pra “posá”. O que não vem pra “posá”, vem madrugada. Daí fazia muxirum, fazia a semana inteira... pegava na segunda era de um, terça era de outro, quarta era de outro, quinta era de outro e sexta era de outro. Aí sábado era de outro e, quando fazia no sábado, quem fazia no sábado dava “o” ferra, porque era disparado de moçada, era “quaiado”, aí era “o” ferra noite inteira (Justino).

Para os que foram embora e resolvem retornar, existe a Casa de Amparo. A Dona Maria Rosa nos contou sobre essa experiência: alguns de seus filhos foram embora da Comunidade em busca de emprego e estudo, só que com o tempo acabaram voltando. Não tendo como acolher esposa e filhos em uma casa nova, Dona Maria Rosa nos disse que estes ficavam na Casa de Amparo até que pudessem se restabelecer de novo no local.

A Casa de Amparo era a antiga casa de Dona Maria Rosa, feita de barro e madeira, mantida por ela, em frente da casa em que mora atualmente e que foi construída pelo programa “Nossa Terra, Nossa Gente - Projeto de Revitalização de Comunidades Tradicionais”. A análise dos depoimentos indica o desejo de ter “os seus” por perto, a solidariedade com a dificuldade do outro e a esperança que a desilusão com a vida fora da Comunidade os faça retornarem. Os saberes construídos são relevantes para os que regressaram de experiências com o trabalho assalariado, bem como para os que nunca se evadiram da Comunidade. Os trabalhadores e as trabalhadoras que retornaram narram as dificuldades vividas, fazendo com que os demais desistam de sair da Comunidade. Além disso, todos aprendem a valorizar o que estão produzindo e o modo como organizam a vida social.

Alguns saberes provenientes da relação dos moradores do quilombo com a natureza são transmitidos pelos idosos e um deles é a cura de doenças/enfermidades por meio da utilização de ervas, raízes e plantas. A preservação dessa cultura que decorre da relação ser humano-natureza, mediada pelo trabalho, acontece oralmente de geração a geração.

O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança [...] ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração (THOMPSON, 1998, p.18).

Trata-se de um costume antigo que é praticado desde os indígenas, antes do descobrimento do Brasil. A despeito do avanço científico e da medicina, grande parte dos moradores faz uso e repassa esse saber às demais gerações.

É uma coisa assim que a gente procura sempre nas pessoas mais velhas porque [são] eles que sabem as ervas, pra que é bom, e a gente vai ensinando. Tem umas ervas que eles [filhos] já conhecem. Se você mandar eles lá no mato pegar, eles já sabem (Andréia).

Quem nunca usou figa ou fita vermelha contra mau-olhado? Quem já não foi “benzido” contra cobreiro? Quem nunca utilizou um chá de boldo para curar dor de estômago? Esse chá, hoje em dia, já é comercializado até em saquinhos de infusão nos mercados, dando crédito ao saber popular. Esse conhecimento foi transmitido desde os primeiros habitantes da Comunidade, em função dos desafios que a boa saúde exigia. Além disso, eles não precisavam pagar pela cura, já que a mesma brotava da terra que lhes pertencia. Outro motivo para a utilização dessa sabedoria de cura ocorreu porque, ao se mudarem para a região, o acesso a hospitais, farmácias e médicos era praticamente impossível devido ao isolamento em que a Comunidade se encontrava. Não existiam estradas e os moradores da região sequer conheciam outros meios de transporte que não fossem o cavalo, o burro e a carroça. Portanto, essas dificuldades e a difícil aquisição desses “medicamentos” facilitaram a perpetuação desse saber. Dentre as ervas,

raízes e plantas utilizadas para a cura de doenças, foram citadas: *erva cidreira*, para fortalecer os músculos; a *quina*, no combate a verminoses e dores de cabeça; o *boldo*, para dores no estômago e na barriga; a *hortelã do campo*, para vermes; a *velame*, como diurético; a *negramina*, para dor de cabeça; *gerbão*, para tosse; *vassourinha* e *arnica*, como anti-inflamatório; a *camomila*, para dores de barriga e crises alérgicas e a *erva do bugre*, que limpa a garganta - colocada em cachaça para os curueiros beberem em festas de santo.

Um dos saberes que consideramos como fundamental à permanência dos moradores na comunidade está intimamente ligado ao sentimento construído em relação à terra e que redimensiona a relação natureza-produção-homem. A importância atribuída à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras de Capão Verde não é fruto de um sentimento externo a esses trabalhadores e trabalhadoras e, sim, um saber compartilhado pelos fundadores do quilombo. Eles socializaram o prazer/a satisfação em trabalhar na terra e que faz parte das suas vidas. Esses saberes acabam por instituir uma tradição transmitida entre as gerações. Segundo Thompson (1998, p.18), essas “tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. Assim, eles cresceram ouvindo e vendo que a terra e o trabalho são os elementos que garantem a produção da vida. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras aprenderam com os seus antepassados não só a cuidar da terra, mas como viver dela a partir de uma lógica não mercantil.

Tinha só a casa ali, outro mais ali e “nóis” aqui. Pra lá que tinha um, pra lá que tinha outro. Aí, depois que “nóis situou” bem, aí que acelerou, cada um puxou a sua rocinha, um precisava de um, um precisava de outro e vivia só dessa roça (Ana Luiza).

Não só um meio de assegurar a produção material e imaterial, a terra é o que passou a dar sentido à própria existência da Comunidade. No quilombo é possível ver as plantas crescerem, ouvir o canto dos pássaros, deixar a terra correr entre os dedos e provar lentamente o doce sabor das frutas. Mas como esse saber foi reproduzido? Acreditamos que o primeiro passo foi tornar a terra comum a todos.

Aqui foi a terra do avô, aqui não era pra vender, era pra criar neto, filho, neto, “vizineto” e, por isso, eu “tô” fincado aqui, daqui ninguém me tira. [...] “bobageira” esse negócio de “loteá” porque um não quer que entra aqui, outro não quer que entra ali... aqui a vida é essa (Dona Maria Rosa).

Não só nas palavras de Dona Maria Rosa, neta de um dos fundadores da Comunidade, identificamos esse saber, mas também nas de um adolescente, membro da quarta geração e que já se encontra inserido na agroindústria Agriverde:

A terra aqui não tem dono, é tudo comum. Se quiser fazer uma roça lá embaixo, pode fazer, a quantia que quiser, o tamanho que quiser, ninguém briga. Foi a decisão das pessoas mais velhas porque antes veio aqui pra dividir e aí não quiseram e falou: “é melhor comum memo, assim fica pra tudo” (Elves).

A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO: ESPIA AÍ, TEMOS BANANA!

A partir de 1990, a Comunidade teve contato com o professor Felinto: agrônomo, aposentado da UFMT e ligado ao movimento de base da

Igreja Católica. Ele e um padre da região estavam preocupados com o êxodo dos moradores daquele lugar, em busca de emprego e estudo. Por isso, resolveram atuar nas comunidades como voluntários. Após conhecer a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras de Capão Verde, Felinto sugeriu que produzissem e vendessem doces em calda com as frutas locais. No entanto, a única fruta que se podia colher o ano todo era a banana e, tendo somente uma opção de mercadoria, os frutos do trabalho seriam poucos.

Felinto conversou com muitas pessoas, entre elas Antonio Francisco,⁷ seu companheiro no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sobre a inserção em projetos que auxiliassem a produção associada dos trabalhadores de Capão Verde. E, como já estavam inseridos no programa, começaram a articular essa possibilidade.

O PAA foi criado no período do governo Lula, a fim de que o pequeno produtor comercializasse os seus excedentes para uma instituição pública e esta os repassaria a instituições como creches, hospitais, escolas, entre outras. No entanto, para realizar essa comercialização, os produtores precisariam criar uma associação, cooperativa ou ONG, isto é, uma personalidade jurídica pra firmar o contrato de compra com a CONAB e receber o dinheiro em troca.

Então, eles conversaram com os trabalhadores e as trabalhadoras da Comunidade e os convenceram a criar uma associação para comercializar somente os excedentes para a CONAB, pois o objetivo principal era captar recursos para manter a reprodução ampliada da vida. Para isso, criaram estatutos e um projeto de compra e venda para cumprir o processo burocrático que envolvia essa relação.

Como Felinto tinha mais contato com Catarino e Andréia, solicitou que eles, rapidamente, formassem uma diretoria para compor a associação, mas “a participação do conjunto dos trabalhadores no processo de produção e socialização dos conhecimentos independe da criação de comissões e de educação, mas é garantida, informalmente, no cotidiano de trabalho” (TIRIBA, 2001, p.322).

Assim, após várias reuniões, assessorias e decisões coletivas, foi criada, em 2006, a Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde - Agriverde.

Criou a associação pra fazer o projeto, pra captar recursos pra Comunidade e pro que precisasse... tudo que fosse benefício conseguisse pra Comunidade, nem “num” houve assim muita discussão com o pessoal. Assim... sobre o que iria trazer, porque se fosse, na época, se fosse criar, as pessoas ainda “tavam” assim com uma mente mais, assim, fechada e fosse falar “vamos criar”, monte de gente “iam” falar que não ia dar certo. Aí, por conta própria, decidimos “vamos criar”. Aí o Tonhão e o Felinto falaram: “ruma lá umas pessoas pra montar a diretoria, forma a diretoria e cria a associação” (Andréia).

Com a criação da Associação, os trabalhadores e as trabalhadoras perceberam, efetivamente, que poderiam captar recursos para Capão Verde

⁷ Felinto nos contou que Antonio Francisco trabalha, atualmente, na área de projetos da Fundação Bradesco, mas já trabalhou durante 16 anos na EMPAER, na função de técnico agrícola, fez Biologia e estudou em escola agrícola.

e para outras comunidades em seu entorno. Eles elaboraram, com o auxílio do SEBRAE, um projeto financiado pela ELETRONORTE. Com esse projeto, eles conseguiram a construção da unidade de produção da Associação e os equipamentos que necessitariam para aumentar a produção dos derivados de banana. Assim que a vigilância liberou, começaram a produzir na unidade de produção, mesmo com poucos equipamentos. Só não poderiam emitir nota fiscal porque ainda era necessário o registro e o código de barras. Passaram a produzir banana chips, bala de banana e farinha de banana por conta dos equipamentos disponíveis. Já o artesanato é realizado embaixo de uma mangueira nos teares cedidos pelo SEBRAE ou na casa da trabalhadora Maria Albertina.

A Associação não possui regras definidas, mas todos sabem os seus deveres e direitos para que sejam considerados iguais no processo de produção e desfrutem equitativamente dos frutos excedentes⁸ do trabalho, sem perder a liberdade individual. Os valores e as concepções, que eles já têm intrínsecos, fazem com que o processo aconteça naturalmente.

É o regime comunitário, no qual repousa a produção, que impede que o trabalho do indivíduo seja privado e o seu produto privado, e que, pelo contrário, faz diretamente do trabalho individual a atividade de um membro do organismo social (MARX, 2003, p.19).

Além disso, os trabalhadores e as trabalhadoras da Associação não possuem um posto fixo de trabalho no processo de produção. Conforme chegam à unidade de produção, eles já se organizam e começam a produzir. Geralmente, realizam a atividade que mais gostam ou têm mais habilidade e sempre ajudam uns aos outros. É o aprendizado pleno da solidariedade.

“Nóis” trabalha tudo, um ajudando o outro. Aqui não é assim, cada um pega seu setor. Vê que aquele não “tá” conseguindo vai “ajudá” ele, assim que funciona (Welson).

Diante desse fato, inferimos que o trabalhador associado não precisa sacrificar seus interesses/suas necessidades individuais em prol da coletividade. Ao contrário, eles podem se complementar, diferentemente do capitalismo, que faz com que sejam antagônicos.

O bem viver não se refere apenas à conquista de bens materiais, mas a todas as necessidades da vida, aos bens imateriais e espirituais [...] no ambiente onde vivemos e trabalhamos, implica manter relações interpessoais com ênfase na ética, no respeito, no companheirismo (GADOTTI, 2009, p.117).

As experiências cotidianas com a produção de novas mercadorias e com a autogestão do processo de trabalho os desafiam a criarem estratégias que contemplem os princípios em que acreditam para beneficiar a todos na Comunidade: solidariedade, cooperação, divisão dos frutos do trabalho, decisões coletivas e democráticas, entre outros.

Antes de comprarem os equipamentos, o fruto excedente do trabalho era repartido equitativamente entre trabalhadores e trabalhadoras e o tempo dedicado ao trabalho ficava sob a responsabilidade do trabalhador. Andréia nos diz que eles se propuseram a trabalhar todos os dias para pagar as

⁸ Optamos por escrever fruto excedente do trabalho porque o produto integral do trabalho não pode ser dividido, já que qualquer tipo de produção gera despesas e precisa de um fundo de reserva. Retirado esses encargos, o que resta é que se pode dividir equitativamente.

despesas com equipamentos e alimentos utilizados na produção e poder continuar dividindo o fruto excedente do trabalho igualmente. Entretanto, eles se permitem não trabalhar em dias de festividades e, conscientemente, sabem que a produção diminui, mas são novas relações sociais de produção, frutos da práxis social. Deixar de trabalhar por conta de algo que envolve toda a Comunidade não torna a vida menos feliz e indigna, pelo contrário. Dessa forma, “trabalho e ócio são possíveis de conviver na medida em que a lógica da produção é a satisfação das necessidades de subsistência” (TIRIBA, 2006, p.78). Assim, continuar a manter uma tradição popular é manter a própria existência da Comunidade.

A pretensão de que todos vivenciem as mesmas condições de existência, mesmo que alguns sucumbam ao capital, é demonstrada quando ressaltam que os benefícios conquistados, através da Associação, são direcionados a todos, mesmo aos não associados. Além disso, tais saberes são percebidos nas falas dos mais jovens que pretendem concluir os estudos e permanecer na Comunidade trabalhando na Agroindústria. Os trabalhadores associados discutem e decidem coletivamente sobre: o tempo e o ritmo da produção, a função que exercerão em determinado dia, a divisão do fruto do trabalho excedente, a venda e o valor das mercadorias. Portanto, da autogestão, da solidariedade e do ideário de coletividade, emerge a Associação Agriverde, que procura assegurar recursos e benefícios para toda a Comunidade. Como a experiência é dinâmica, eles estão pretendendo criar novas mercadorias aliadas à questão ambiental:

Nós queremos fazer cumbaru, a barrinha de cereais, farinha de bocaiúva, mandioca chip, rapadurinha, bananada sem adição de açúcar, eles têm um biscoitinho de milho que só fazem em época de festas. Então, nós vamos fazer alimentos pra vender pra merenda escolar, “tá” entendendo? Nós vamos provar que não precisa usar trator, adubo, “num” precisa desmatar, nem veneno, nada disso. Nós vamos [mostrar] espécies que “dá” certo aqui, como cumbaru, jatobá, bucha... ir relacionando o que eles conhecem da área de alimentos e plantas medicinais, depois sair um “livreto” de raízes e plantas medicinais. Nós temos uma caixinha de surpresa, quando eu viajo e vejo produtos que nós podemos fazer aqui, então eu trago como exemplo (Felinto).

Tiriba (2007, p.168) afirma que “a todo o momento, a todo instante, os homens e as mulheres estão vivendo intensas relações econômicas, tanto na sua casinha de brinquedo, como nas demais casinhas que se localizam no interior da casa comum, chamada de Planeta Terra”, no qual os saberes da experiência são vividos e revividos/revisitados. Além de produzir novas mercadorias, os trabalhadores e as trabalhadoras associados/as de Capão Verde pretendem se unir com outros trabalhadores associados para criar uma cooperativa quilombola que os torne mais fortes e solidários na construção de uma realidade menos excludente e precarizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos em Marx (1982) que, quando realizamos trabalho, utilizamos não só a força física como a intelectual. Dessa maneira, através desse ato, produzimos conhecimento antes, durante e depois de realizá-lo. Portanto, a experiência com o trabalho associado que os trabalhadores e as trabalhadoras vivenciam é educativa e cultural. Partindo dos escritos de Gramsci e, fundamentalmente, da filosofia da práxis, é possível identificarmos que ele acreditava que o conhecimento se dava na e pela práxis, cuja ação sendo

refletida era capaz de transformar a realidade. Nesse sentido, pode-se também considerar a afirmação de Gramsci em relação à formação humana omnilateral,⁹ que acontece não só na escola, como para além desta, isto é, no trabalho, nas relações sociais, nas comissões de fábricas, nos sindicatos, nos partidos, entre outros locais, pois o mesmo “como prática cotidiana para garantir a reprodução da vida social – é fonte de saberes e, portanto, fonte de riquezas materiais e espirituais” (TIRIBA, 2004, p.88).

Tiriba (2008, p.48) também preconiza que a educação pode acontecer em outros espaços e afirma que os saberes provenientes do ambiente de trabalho promovem uma nova cultura do trabalho, ou seja, “códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), [...] que regulam as ações e comportamentos humanos”.

Então, sendo o trabalho princípio educativo, os homens educam a si mesmos e aos outros em uma relação dialética, pois não há separação entre o fazer e o saber; o que contribui para a valorização dos trabalhadores e da formação humana, já que traz outra visão de mundo, de homem e de prática social.

Consideramos que a relevância deste estudo se materializa na possibilidade de vislumbrar, através dos depoimentos e da própria concretude do objeto, a produção associada acontecendo, efetivamente, dentro do sistema capitalista e identificar os saberes intrínsecos a essa experiência. Alguns costumes e algumas práticas presentes na Comunidade são singulares, como a interrupção do processo de produção em função de festividades; a utilização de ervas, plantas e raízes na cura de doenças; o Muxirum; a Casa de Amparo; o interesse coletivo que prevalece sobre o individual e o convívio fraterno.¹⁰

Em que pesem as dificuldades relatadas por esses trabalhadores e essas trabalhadoras, tais como: falta de estrada para a roça, ausência de hospitais próximos, descrença e falta de autonomia de alguns trabalhadores, burocracias exigidas para realizar festas e poder produzir na Agroindústria, entre outras; os saberes compartilhados nos mostram que é possível manter comuns os meios de produção, trabalhar sem explorar a força de trabalho do outro e, sem ter patrão, realizar a gestão da produção de forma coletiva e sem determinar funções, ter “direito à preguiça”, trabalhar conforme o gosto e a habilidade pela atividade, criar regras coletivamente e, apesar do contato com o SEBRAE, que prega o empreendedorismo, resistir e manter os princípios e a organização do processo de trabalho da maneira que acreditam, garantindo-lhes, desta forma, dignidade e felicidade.

Acreditamos que essas experiências e esses saberes revelam um velho/novo sentido do trabalho que as diferencia de outras economias, mas não garantem a materialização de uma nova realidade, já que “esse setor da economia, embora ‘popular’, não tem conseguido fazer a síntese de suas

⁹ A formação omnilateral consiste em uma formação completa e integral dos homens, articulando trabalho intelectual e manual (escola unitária).

¹⁰ Essa afirmação não equivale a pressupor a inexistência de conflitos, discussões ou divergências no interior da Comunidade, mas, sim, que a resolução dos mesmos se dá através da discussão e da decisão coletiva.

diferentes identidades¹¹ – condição básica para poder manifestar-se como um projeto hegemônico dos setores populares”. Além disso, “uma cultura do trabalho de novo tipo pressupõe também uma sociedade de novo tipo” (TIRIBA, 2001, p.341-343).

A possibilidade de dialogar com esses trabalhadores e essas trabalhadoras e identificar os seus saberes nos impeliu a repensar a formação humana e a práxis produtiva. Esperamos ter conseguido desvelar não só os saberes, mas as práticas, relações, novas concepções de mundo e fragilidades permeadas pela produção associada da vida e incitar reflexões aos leitores deste artigo. Ressignificar esses saberes implica afirmar que o educar não se esgota na sala de aula, mas pode se efetivar através do trabalho associado e autogestionário, enquanto princípio educativo. Ao mesmo tempo, tal ressignificação pode ter repercussões em projetos de educação escolar, nas suas interfaces com o contexto em que se inserem.

REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, 2009. p.258-262. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 *apud* FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, 2009. p.258-262. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. 7.ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: Alfaguara (Grupo Objetiva), 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.12, n.34, jan.-abr. 2007.

¹¹ Lembramos que a economia popular pode ser composta de trabalhadores que sempre foram excluídos do trabalho assalariado, de desempregados, de trabalhadores informais que servem ao capital, entre outros, o que indica diferentes identidades.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: volume 1: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os Românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

_____. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação. In: PIKANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias & Letras, 2004. p.75-101.

_____. Autogestão, disciplina no trabalho e o direito 'à preguiça'. In: TORRES, Artemis; SEMERARO, Giovanni; PASSOS, Luiz Augusto (Org.). **Educação**: fronteira política. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p.71-84.

_____. Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.16, n.31, p.161-172, maio-ago. 2007.

_____. **Trabalho, educação e economia (popular) solidária**: elementos para uma pedagogia da produção associada. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008. p.48-51. Relatório final de pesquisa.

Data da submissão: 28/08/2013
Data da aprovação: 08/12/2013